



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Melhorar o mecanismo de acompanhamento dos relatórios dos “dois Comissariados” e a responsabilização dos titulares de cargos públicos**

O Comissariado de Auditoria (adiante designado por CA) divulgou, recentemente, os relatórios de auditoria de resultados sobre a “Obra de Construção da *Box-Culvert* e da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior” e o “Apoio financeiro atribuído pelo Fundo do Desporto a competições desportivas”, que referem que a obra custou mais de 100 milhões de patacas, apenas para dar resposta a chuvas muito intensas, ou seja, chuvas de uma vez em cada 10 anos, e que, a longo prazo, não consegue dar resposta às futuras necessidades, minimizando então a eficácia do erário público; e, quanto ao Fundo do Desporto, por sua vez, foi pouco rigoroso na apreciação, autorização e aplicação dos apoios financeiros para as competições, e o grau de arbitrariedade foi elevado, o que levou ao pagamento excessivo do erário público [Nota 1 e 2].

Ao longo dos anos, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) e o Comissariado de Auditoria (CA), (adiante designados por “dois Comissariados”), têm vindo a revelar muitos erros e lacunas administrativas e financeiras nos serviços públicos, empresas de capitais públicos e fundos autónomos, tendo sido também criado um mecanismo de revisão. A não ser que se tenham verificado crimes, os “dois Comissariados” só se podem basear nos relatórios e nos mecanismos de revisão e de acompanhamento dos relatórios de auditoria dos anos anteriores e emitir meras recomendações ou



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

sugestões aos órgãos competentes, não tendo poder de correcção coerciva, nem podendo exigir aos serviços envolvidos e aos respectivos dirigentes que assumam as devidas responsabilidades.

De facto, a maioria dos problemas revelados nos relatórios dos “dois Comissariados” demonstram a insuficiência na gestão interna e no funcionamento dos serviços públicos, e até irregularidades, pelo que o Governo deve dar mais importância e corrigi-las. No entanto, o público não consegue saber se os serviços competentes acompanharam a situação e introduziram melhorias de acordo com o revelado no relatório dos “dois Comissariados”. No meu entendimento, para além dos mecanismos de acompanhamento dos “dois Comissariados”, o Governo deve dispor de medidas uniformizadas e exigir aos serviços competentes que corrijam a situação dentro do prazo estipulado, e que divulguem ao público, por sua iniciativa, o ponto de situação do acompanhamento e do melhoramento, a fim de aumentar a transparência e promover a gestão do desempenho dos serviços públicos.

A sociedade tem vindo a manifestar-se sobre o melhoramento e a implementação do regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos, sobretudo quando os relatórios dos “dois Comissariados” são publicados ou quando se verificam falhas graves na acção governativa, mas, até ao momento, o referido regime ainda não conseguiu corresponder às expectativas da sociedade. É de salientar que o Presidente Xi Jinping sublinhou várias vezes o seguinte: “quem tem poder também tem deveres, e os deveres têm de ser cumpridos, caso contrário, será responsabilizado” [Nota 3], e este é um dos princípios mais importantes da governação do país, por isso, o Governo da RAEM deve acelerar o melhoramento do



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

regime de responsabilização e elevar a eficácia da governação.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Com vista a uma fiscalização mais eficaz sobre o acompanhamento e melhoramento dos projectos sujeitos a apreciação, o Governo deve definir instruções regulamentares e criar, por iniciativa própria, mecanismos de acompanhamento para os relatórios dos “dois Comissariados”, exigindo aos serviços ou entidades competentes que procedam às devidas correcções dentro do prazo estipulado, bem como divulgar o ponto de situação dos trabalhos de acompanhamento, com vista à fiscalização conjunta por parte da sociedade, à promoção do desempenho dos serviços públicos e à elevação da transparência das acções governativas. O Governo vai fazê-lo?
2. Os relatórios dos “dois Comissariados” são objectivos e muito claros, sendo um dos mecanismos importantes, aceites pela sociedade, de fiscalização eficaz dos serviços e entidades públicos. O Governo deve tomar como referência os relatórios dos “dois Comissariados”, especialmente no que respeita aos problemas revelados mas não resolvidos dentro do prazo, como fundamento para a responsabilização dos dirigentes dos respectivos serviços e factor de ponderação para a renovação do seu mandato. O Governo vai fazê-lo?
3. Segundo o relatório das LAG para o corrente ano, o Governo vai estudar o melhoramento do regime disciplinar aplicável, exclusivamente, ao pessoal de direcção e chefia dos serviços públicos, introduzindo novos mecanismos, quer



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ao nível substantivo, quer ao nível procedimental, para tratar das infracções disciplinares cometidas no exercício das suas funções [Nota 4]. Qual é o ponto de situação desse estudo? Nesta fase, existe alguma informação que possa ser divulgada ao público?

Referências:

[Nota 1] Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: Divulgação do relatório de auditoria de resultados sobre a “Obra de Construção da *Box-Culvert* e da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior”, 9 de Junho de 2023, <https://www.gov.mo/zh-hant/news/992042/>

[Nota 2] Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: Divulgação do relatório de auditoria de resultados sobre o “Apoio financeiro atribuído pelo Fundo do Desporto a competições desportivas”, 9 de Junho de 2023, <https://www.gov.mo/zh-hant/news/992044/>

[Nota 3] “Politics People”: “Quem tem responsabilidades deve ser responsabilizado! Xi Jinping “governa com severidade”, 6 de Julho de 2018, <http://politics.people.com.cn/n1/2018/0706/c1001-30131109.html>

[Nota 4] Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: “Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2023”, página 58.

16 de Junho de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Lei Leong Wong**